

País amplia meta de redução dos gases de efeito estufa

Às vésperas da COP-29, que começa amanhã em Baku, no Azerbaijão, País assume novo compromisso até 2035

DE SÃO PAULO

O governo brasileiro anunciou ontem a nova meta climática do País que será entregue na Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP-29), que começa amanhã em Baku, no Azerbaijão. O País assume o compromisso em reduzir suas emissões líquidas de gases de efeito estufa de 59% a 67% em 2035, na comparação aos níveis de 2005.

Isso equivale, segundo o governo, a uma redução de emissões para alcançar os limites de 1.050 a 850 milhões de toneladas de gás carbônico em 2035. A meta do País para limitar gases do efeito estufa é chamada de Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês).

Dados divulgados pelo Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SegE) do Observatório do Clima, rede de organizações ambientais voltadas ao combate da mudança climática, mostram que o Brasil emitiu 2,3 bilhões de toneladas brutas de gases de efeito estufa em 2023 (o número representa queda de 12% em relação ao ano anterior), mas o País se mantém em um patamar elevado. É o quinto maior emissor de gases estufa do mundo.

A principal frente do Brasil para tentar cumprir suas metas de redução de emis-

sões é o combate ao desmatamento. Na Amazônia, apesar das quedas recentes, a seca histórica na região e outros fatores têm colocado a floresta em risco.

INCÍDIOS

De janeiro a novembro deste ano, por exemplo, foram registrados 123.361 focos de incêndio no bioma, segundo dados do Inpe. O número representa um aumento de cerca de 48% no número de queimadas em

comparação com o mesmo período de 2023 (83.356).

Ao Estadão, o secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, afirmou que, ainda que a NDC do Brasil esteja à altura do desafio, é preciso um esforço conjunto. "Nossa nova meta para 2035 é bem mais ambiciosa do que a meta de 2030 e nos coloca no rumo da neutralidade em 2050", disse. De acordo com Capobianco, o governo prepara planos setoriais de mitigação para todas as áreas da economia.

Especialistas, no entanto, acharam que a nova meta climática ficou abaixo do necessário. "O número é muito fraco. Acho que nem o governo se orgulha deste número. Não condiz com a propaganda do governo de querer ser um líder da agenda climática. Para ser um líder, você precisa ter ambição e ousadia, e esse número não é ousado e muito menos ambicioso", disse Márcio Astrini, secretário executivo do Observatório do Clima.

Bruno Toledo Hisamoto, especialista em política climática internacional do Clima



Dado negativo: houve aumento de cerca de 48% no número de queimadas em comparação com o 2023

ro não é ousado e muito menos ambicioso", disse Márcio Astrini, secretário executivo do Observatório do Clima.

Bruno Toledo Hisamoto, especialista em política climática internacional do Clima

mainfo, também vê a NDC aquém do necessário. "Não é uma proposta positiva. Ela até representa um aumento de ambição em relação à NDC atual, mas está longe de estar alinhada à meta de 1,5°C de aqueci-

mento, que aliás batiza uma das iniciativas políticas da presidência brasileira para a COP-30. Se esse é o norte do Brasil, esse norte não vai nos deixar mais próximo do 1,5°C", disse. (Estadão Conteúdo)

Fundo Clima mais que dobra aprovações

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou em sete meses, até outubro, o correspondente a duas vezes e meia todas as aprovações da história do programa BNDES Fundo Clima, de 2013 a 2023 (R\$ 3 bilhões, a valores de hoje). Ao todo, o banco aprovou este ano R\$ 7,3 bilhões, ou 70% do total do programa (R\$ 10,4 bilhões).

Vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e gerido pelo BNDES, o Fundo é um dos instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima do Governo Federal. O BNDES ainda tem R\$ 2,7 bilhões em operações do Fundo Clima a serem deliberadas pelas alçadas neste ano. Já a demanda apresentada para o orçamento do Fundo Clima de 2025 somam cerca de R\$ 11,5 bilhões, informou o banco.

"O BNDES está empenhado integralmente na indução do desenvolvimento sustentável e na mitigação dos efeitos climáticos, prioridades do governo do presidente Lula. Foram R\$ 7,3 bilhões aprovados para energia eólica, solar e biogás, mobilidade urbana, eletrificação de frota de ônibus, VLT, além de financiamentos à indústria verde e a projetos de florestas nativas. Tudo isso com a geração de mais de 15 mil empregos verdes", disse em nota o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. (EC)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia Caderno: B Pagina: 2